



ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL
ENTRE O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL E
A EMBAIXADA DA REPÚBLICA DOMINICANA NO BRASIL



ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL

**ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA INTERNACIONAL QUE
ENTRE SI CELEBRAM O GOVERNO DO
DISTRITO FEDERAL E A EMBAIXADA
DA REPÚBLICA DOMINICANA NO
BRASIL PARA IMPLEMENTAÇÃO DE
AÇÕES E ATIVIDADES DE INTERESSE
COMUM.**

O **GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**, neste ato representado pelo **Governador IBANEIS ROCHA BARROS JÚNIOR**, portador do RG nº 11.555 OAB-DF, devidamente inscrito no CPF sob o nº 539.425.901-15, residente e domiciliado em Brasília-DF, doravante denominado **GDF** e a **EMBAIXADA DA REPÚBLICA DOMINICANA NO BRASIL**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.251.416/0001-04, com sede no Setor de Embaixadas Sul, Avenida das Nações, Quadra 809, Lote 36, Brasília-DF, CEP: 70200-906, neste ato representada pela Embaixadora **PATRICIA VILLEGAS DE JORGE**, portadora do Registro Diplomático nº CD38.372-7 CGPI/MRE, inscrita no CPF sob o nº 110.290.071-01, doravante denominada **EMBAIXADA**, resolvem de comum acordo celebrar o presente **ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL**, que se regerá pelas cláusulas e condições relacionadas a seguir.

CONSIDERANDO que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas ao amparo do "Acordo Básico de Cooperação Técnica Internacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana", assinado em Santo Domingo, em 6 de fevereiro de 2006 e promulgado em 10 de fevereiro de 2010, por meio do Decreto nº 7.104/2010.

CONSIDERANDO o histórico de atividades de cooperação realizadas entre a embaixada da República Dominicana no Brasil, o Brasil e o Distrito Federal,



ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL
ENTRE O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL E
A EMBAIXADA DA REPÚBLICA DOMINICANA NO BRASIL



em especial as forças de segurança do Distrito Federal e o governo da República Dominicana;

CONSIDERANDO os compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), presentes na Agenda 2030, como norteadores aos países comprometidos com o desenvolvimento global, em especial o ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação;

CONSIDERANDO o alinhamento do Plano Estratégico 2019-2060 do Governo do Distrito Federal aos preceitos da Agenda 2030;

CONSIDERANDO o compromisso do Governo do Distrito Federal com o estreitamento de laços institucionais com o corpo diplomático e com as instituições internacionais abrigados em Brasília, especialmente no tocante à cooperação, nas formas previstas na Lei;

RESOLVEM, de comum acordo e na melhor forma de direito, celebrar o presente Acordo Básico de Cooperação Técnica Internacional, que será regido pelas cláusulas e condições seguintes, e inteira submissão, no que couber, às disposições da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, ao art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ao Decreto nº 39.610 de 01 de janeiro de 2019, Instrução Normativa nº 01/2005 - CGDF e demais normas pertinentes.

I – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Acordo Básico de Cooperação Técnica Internacional tem por objeto a cooperação mútua, a fim de promover a colaboração entre as Partes para o planejamento e execução de projetos de pesquisa, consultoria, assessoria, estudos comparados, cursos de treinamento, de aperfeiçoamento e especialização, seminários, palestras, disseminação do conhecimento e de ferramentas de gestão pública, missões técnicas, intercâmbios, compartilhamento de informações e de infraestrutura e outros eventos de interesse das Partes, em especial, mas não limitando-se, às seguintes áreas:

- Segurança Pública: capacitação e treinamento das forças policiais em polícia ostensiva, ordem pública, inteligência policial, polícia judiciária militar e controle e correição, para prevenção e repressão criminal, observado os níveis operacional, intermediário e estratégico; auxiliar o estabelecimento de protocolos de ação policial e de ações integradas; capacitação e



ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL
ENTRE O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL E
A EMBAIXADA DA REPÚBLICA DOMINICANA NO BRASIL



treinamento para a formação e treinamento de instrutores e/ou efetivo policial, bem como educação de seus dependentes; estabelecimento de boas práticas administrativas de comunicação social, logística, bem-estar e cientificismo profissional e acadêmico; prevenção e combate a incêndios.

- Meio Ambiente: Educação ambiental e conservação de áreas protegidas.
- Turismo: Segurança voltada ao turismo; desenvolvimento do potencial turístico entre as partes; estabelecimento de campanhas integradas e voos diretos.
- Cultura: diversidade cultural; promoção da cultura ibero-americana e economia criativa.
- Educação: Promoção e ensino das línguas portuguesa e espanhola; compartilhamento de boas-práticas em escolas públicas; gestão compartilhada de escolas públicas e projetos sociais; troca de experiências em capacitação acadêmica e de formação de servidores públicos.
- Desenvolvimento e Planejamento Urbano Sustentável: Planejamento de políticas e programas habitacionais; parcelamento e ocupação do solo; engenharia de trânsito e controle de tráfego e frota.

II – CLÁUSULA SEGUNDA – DA IMPLEMENTAÇÃO

2.1. A implementação da cooperação técnica sob a égide deste Acordo será feita em conformidade com programas, projetos e atividades de cooperação técnica, a serem, conforme o caso, objeto de Atos Complementares.

2.2. Igualmente, por meio de Atos Complementares, serão designadas as instituições executoras, os órgãos coordenadores e os componentes necessários à implementação dos mencionados programas, projetos e atividades.

2.3. Fica designado o Escritório de Assuntos Internacionais do Governo do Distrito Federal, no uso de suas atribuições conforme o Decreto nº 39.610, de 01 de janeiro de 2019, como órgão responsável pela articulação, planejamento, formalização e monitoramento dos Atos Complementares.

2.4. Os Atos Complementares serão negociados, executados e avaliados, individualmente, com a participação do Escritório de Assuntos Internacionais e de cada órgão da Administração Pública Direta e Indireta detentor de responsabilidade sobre seu objeto, mediante parecer favorável de suas assessorias jurídico-legislativas e devendo ser assinados pela parte estrangeira e pelo dirigente do respectivo órgão, incluindo o Escritório de Assuntos Internacionais como testemunha.



ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL
ENTRE O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL E
A EMBAIXADA DA REPÚBLICA DOMINICANA NO BRASIL



III – CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES

3.1. As responsabilidades das Partes, descritas de forma geral neste instrumento, serão definidas em programas de trabalho específicos, firmados para cada iniciativa a ser desenvolvida conjuntamente entre o Governo da República Dominicana e o Governo do Distrito Federal, inclusive com a apresentação detalhada do orçamento, quando houver, e da equipe responsável pelo acompanhamento, registro e reporte de seu andamento às instâncias superiores.

Da responsabilidade das Partes:

3.1.1. Manter grau de confidencialidade atribuído pelo cedente às informações a que tiver acesso por força deste Acordo Básico de Cooperação Técnica Internacional, nos termos da legislação em vigor e respectiva regulamentação interna;

3.1.2. Fornecer as informações e orientações necessárias ao melhor desenvolvimento e ao fiel cumprimento do presente Acordo Básico de Cooperação Técnica Internacional e dos atos complementares que dele decorrerem;

3.1.3. Levar imediatamente ao conhecimento do outro cooperado ato ou ocorrência que interfira no andamento das atividades decorrentes deste Acordo Básico de Cooperação Técnica Internacional, para adoção das medidas cabíveis;

3.1.4. Acompanhar as ações relativas ao objeto do presente acordo por intermédio do(s) representante(s) indicado(s) por cada cooperado;

3.1.5. Promover a divulgação em seus meios de comunicação e, sempre que couber, na imprensa em geral das ações referentes à cooperação técnica ora estabelecida entre as Partes.

IV – CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente Acordo Básico de Cooperação Técnica Internacional entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência por 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado por consenso das partes, mediante Termo Aditivo.

4.2. O procedimento de prorrogação terá o seu início com a manifestação expressa de qualquer uma das Partes, demonstrando o interesse em prorrogar o presente acordo, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do termo final da vigência do presente instrumento.



ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL
ENTRE O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL E
A EMBAIXADA DA REPÚBLICA DOMINICANA NO BRASIL



V – CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1. O GDF providenciará a publicação de extrato do presente Acordo Básico de Cooperação Técnica Internacional até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura.

VI – CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS

6.1. O presente Acordo Básico de Cooperação Técnica Internacional não implica em transferências de recursos ou gera obrigações vinculativas para as partes e não gera direitos a indenizações entre os cooperantes.

6.2. No caso de participação de servidor(es) do GDF como instrutor(es) de cursos/capacitações, eventuais afastamentos estarão sujeitos a aprovação pela autoridade competente, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011.

6.3. As despesas pertinentes à consecução do objeto do presente Acordo, tais como serviços de terceiros, pessoal, deslocamentos, comunicação, entre outros, ficarão por conta das dotações orçamentárias específicas de cada um dos partícipes.

VII – CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES E DA RESCISÃO

7.1. O presente Acordo Básico de Cooperação Técnica Internacional poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante termo aditivo, devidamente assinado pelas Partes.

7.2. A rescisão desmotivada do presente Acordo deverá ser formalizada mediante ofício por qualquer uma das Partes.

7.3. A rescisão, resultante do descumprimento de qualquer das cláusulas do presente Acordo de Cooperação Técnica Internacional, enseja o seu imediato rompimento.

7.4. Independente da forma de rescisão (motivada ou imotivada) do Acordo Básico de Cooperação Técnica Internacional, o mesmo manterá os seus efeitos pelo prazo de 30 (trinta) dias, de forma a mitigar os prejuízos, mantendo a regular tramitação dos trabalhos em curso, devendo as atividades já iniciadas, ser desenvolvidas até o final, nos termos do presente Acordo.

7.5. Se ocorrer algum problema relativo à execução deste Acordo, a Embaixada da República Dominicana no Brasil e o Governo do Distrito Federal se informarão imediatamente e buscarão uma solução em conjunto.



ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL
ENTRE O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL E
A EMBAIXADA DA REPÚBLICA DOMINICANA NO BRASIL



VIII – CLÁUSULA OITAVA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES

8.1. As Partes se comprometem a respeitar as normas legais de sigilo ao acesso dos dados e informações partilhadas nos termos do presente Acordo, ficando expressamente vedados a reprodução, cessão, doação, repasse e exploração das informações sem o conhecimento e autorização das Partes para fins diversos a estrita finalidade pactuada neste instrumento, sob pena de sua rescisão.

IX – CLÁUSULA NONA – DA POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

9.1. As Partes declaram que possuem pleno conhecimento da legislação nacional anticorrupção, em especial, da Lei Distrital nº 6.308/2019 e da Lei Federal nº 12.846/2013, que dispõem sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de ato contra a administração pública nacional ou estrangeira, empenhando-se de se absterem de realizar qualquer atividade que constitua uma transgressão quanto aos dispositivos consignados pela legislação anticorrupção referida.

X – CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS

10.1. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo pelas Partes.

10.2. Em caso de divergência ou conflito oriundo da execução do presente Acordo, as Partes envidarão seus melhores esforços no sentido de resolver a questão por meio de negociação amistosa, baseado em princípios de sinceridade e confiança mútua.

E por estarem assim justas e acordadas, após lido e manifestada a concordância, as Partes firmam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, com todas as vias devidamente rubricadas, na presença das testemunhas abaixo relacionadas, para que produza seus efeitos legais.

Brasília, 25 de julho de 2022.



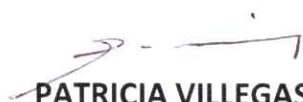
ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL
ENTRE O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL E
A EMBAIXADA DA REPÚBLICA DOMINICANA NO BRASIL



Pelo Governo do Distrito Federal:


IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
Governador
Governo do Distrito Federal

Pela Embaixada da República Dominicana no Brasil:


PATRICIA VILLEGAS DE JORGE
Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária
Embaixada da República Dominicana no Brasil



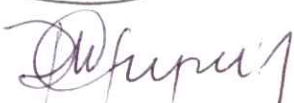
ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL
ENTRE O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL E
A EMBAIXADA DA REPÚBLICA DOMINICANA NO BRASIL



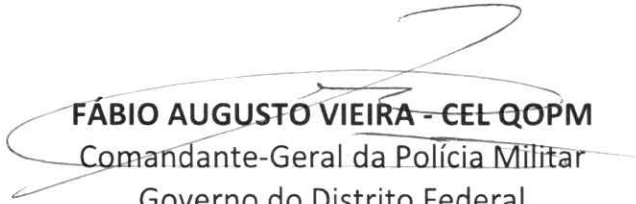
TESTEMUNHAS:


JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA

Secretário de Estado de Segurança Pública
Governo do Distrito Federal


RENATA CESE CARAM ZUQUIM

Chefe do Escritório de Assuntos Internacionais
Governo do Distrito Federal


FÁBIO AUGUSTO VIEIRA - CEL QOPM

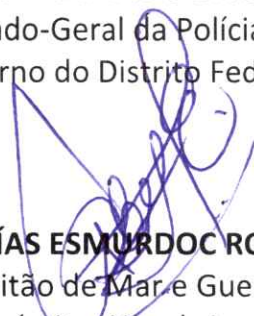
Comandante-Geral da Polícia Militar
Governo do Distrito Federal


ALAN ALEXANDRE ARAÚJO - CEL QOPM/Comb

Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar
Governo do Distrito Federal


ROBSON CÂNDIDO DA SILVA

Delegado-Geral da Polícia Civil
Governo do Distrito Federal


ABEL ELÍAS ESMURDOC ROMERO

Capitão de Mar e Guerra
Adido de Defesa, Exército, Naval, Aeronáutico e Policial
República Dominicana na República Federativa do Brasil



ACUERDO BÁSICO DE COOPERACIÓN TÉCNICA INTERNACIONAL

CONVENIO BÁSICO DE COOPERACIÓN TÉCNICA INTERNACIONAL ENTRE EL GOBIERNO DEL DISTRITO FEDERAL Y LA EMBAJADA DE LA REPÚBLICA DOMINICANA EN BRASIL PARA LA REALIZACIÓN DE ACCIONES Y ACTIVIDADES DE INTERÉS COMÚN.

EL **GOBIERNO DEL DISTRITO FEDERAL**, representado por el **Gobernador IBANEIS ROCHA BARROS JÚNIOR**, portador del Documento de Identidad N° 11.555 OAB-DF, debidamente inscrito en el CPF con el N° 539.425.901-15, residente y domiciliado en Brasilia-DF, en lo sucesivo denominado **GDF** y la **EMBAJADA DE LA REPÚBLICA DOMINICANA EN BRASIL**, inscrita en el CNPJ bajo el N° 05.251.416/0001-04, con sede en el Setor de Embaixadas Sul, Avenida das Nações, Quadra 809, Lote 36, Brasília-DF, CEP: 70200-906, representada por la Embajadora **PATRICIA VILLEGAS DE JORGE**, portadora del Registro Diplomático N° CD38.372-7 CGPI/MRE, inscrita en el CPF con el N° 110.290.071-01, en lo sucesivo denominada **EMBAJADA**, resuelven de mutuo acuerdo celebrar el presente **CONVENIO BÁSICO DE COOPERACIÓN TÉCNICA INTERNACIONAL**, el cual se registrá por las cláusulas y condiciones relacionadas a seguir.

CONSIDERANDO que sus relaciones de cooperación han sido fortalecidas en los términos del “Convenio Básico de Cooperación Técnica Internacional entre el Gobierno de la República Federativa de Brasil y el Gobierno de la República Dominicana”, suscrito en Santo Domingo, el 6 de febrero de 2006 y promulgado el 10 de febrero de 2010, mediante Decreto N° 7.104/2010;

CONSIDERANDO el historial de actividades de cooperación realizadas entre la embajada de la República Dominicana en Brasil, Brasil y el Distrito Federal, en particular las fuerzas de seguridad del Distrito Federal y el gobierno de la República Dominicana;



ACUERDO BÁSICO DE COOPERACIÓN TÉCNICA INTERNACIONAL
ENTRE EL GOBIERNO DEL DISTRITO FEDERAL Y
LA EMBAJADA DE LA REPÚBLICA DOMINICANA EN BRASIL



CONSIDERANDO los compromisos de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), presentes en la Agenda 2030, como lineamientos para los países comprometidos con el desarrollo global, en particular el ODS 17 – Alianzas y Medios de Implementación;

CONSIDERANDO el alineamiento del Plan Estratégico del Gobierno del Distrito Federal 2019-2060 con los preceptos de la Agenda 2030;

CONSIDERANDO el compromiso del Gobierno del Distrito Federal de fortalecer los vínculos institucionales con el cuerpo diplomático e instituciones internacionales con sede en Brasilia, especialmente en materia de cooperación, en los términos previstos en la Ley;

RESUELVEN, de común acuerdo y en la mejor forma de derecho, celebrar el presente Convenio Básico de Cooperación Técnica Internacional, el cual se regirá por las siguientes cláusulas y condiciones, y con pleno sometimiento, en lo que corresponda, a lo dispuesto en la Ley Complementar No. 840, de 23 de diciembre de 2011, al art. 116 de la Ley N° 8.666, de 21 de junio de 1993, al Decreto N° 39.610 de 1 de enero de 2019, Instrucción Normativa N° 01/2005 - CGDF y demás normas pertinentes.

I – CLÁUSULA PRIMERA - OBJETO

1.1. El presente Acuerdo Básico de Cooperación Técnica Internacional tiene por objeto la cooperación mutua, con el fin de promover la colaboración entre las Partes para la planificación y ejecución de proyectos de investigación, consultoría, asesoría, estudios comparativos, cursos de capacitación, perfeccionamiento y especialización, seminarios, conferencias, difusión de conocimientos y herramientas de gestión pública, misiones técnicas, intercambios, troca de información e infraestructura y otros eventos de interés para las Partes, especialmente, pero no limitado a, en las siguientes áreas:

- Seguridad Pública: capacitación y entrenamiento de las fuerzas policiales en policía ostensible, orden público, inteligencia policial, policía judicial militar y control y corrección, para la prevención y represión criminal, observando el nivel operacional, intermedio y estratégico; auxiliar el establecimiento de protocolos de acción policial y acciones integradas; entrenamiento y capacitación para la formación y capacitación de instructores y/o personal policial, así como la educación de sus dependientes; establecimiento de buenas prácticas administrativas en comunicación social.



ACUERDO BÁSICO DE COOPERACIÓN TÉCNICA INTERNACIONAL
ENTRE EL GOBIERNO DEL DISTRITO FEDERAL Y
LA EMBAJADA DE LA REPÚBLICA DOMINICANA EN BRASIL



logística, bienestar y científicismo profesional y académico; prevención y lucha contra incendios.

- Medio ambiente: Educación ambiental y conservación de áreas protegidas.
- Turismo: Seguridad enfocada al turismo; desarrollo del potencial turístico entre las partes; establecimiento de campañas integradas y vuelos directos.
- Cultura: diversidad cultural; promoción de la cultura iberoamericana y economía creativa.
- Educación: Promoción y enseñanza de los idiomas portugués y español; compartir buenas prácticas en las escuelas públicas; gestión compartida de escuelas públicas y proyectos sociales; intercambio de experiencias en formación académica y formación de servidores públicos.
- Planificación y desarrollo urbano sostenible: planificación de políticas y programas de vivienda; subdivisión y ocupación de tierras; ingeniería de tráfico y control de tráfico y flotas.

II - CLÁUSULA SEGUNDA - IMPLEMENTACIÓN

2.1. La ejecución de la cooperación técnica al amparo de este Acuerdo se realizará de conformidad con programas, proyectos y actividades de cooperación técnica, que serán, en su caso, objeto de Actos Complementarios.

2.2. Asimismo, mediante Actos Complementarios se designarán las instituciones ejecutoras, las instancias coordinadoras y los componentes necesarios para la ejecución de los programas, proyectos y actividades antes mencionados.

2.3. Se designa a la Oficina de Asuntos Internacionales del Gobierno del Distrito Federal, en uso de sus atribuciones conforme al Decreto N° 39.610, de 1 de enero de 2019, como el órgano encargado de la articulación, planificación, formalización y seguimiento de los Actos Complementarios.

2.4. Los Actos Complementarios se negociarán, ejecutarán y evaluarán, individualmente, con la participación de la Oficina de Asuntos Internacionales y de cada órgano de la Administración Pública Directa e Indirecta que tenga a su cargo su objeto, previa opinión favorable de sus asesores legales y legislativos y deberá estar firmada por la parte extranjera y por el dirigente del órgano respectivo, incluyendo como testigo a la Oficina de Asuntos Internacionales.



III - CLÁUSULA TERCERA - RESPONSABILIDADES

3.1. Las responsabilidades de las Partes, descritas con carácter general en este instrumento, serán definidas en programas de trabajo específicos, suscritos para cada iniciativa a ser desarrollada conjuntamente entre el Gobierno de la República Dominicana y el Gobierno del Distrito Federal, incluyendo la presentación detallada del presupuesto, si lo hubiere, y el equipo responsable de monitorear, registrar y reportar su progreso a los niveles superiores.

Responsabilidad de las partes:

3.1.1. Mantener el grado de confidencialidad atribuido por el cedente a la información a la que se tenga acceso por fuerza del presente Convenio Básico de Cooperación Técnica Internacional, en los términos de la legislación vigente y de la normativa interna;

3.1.2. Proporcionar la información y lineamientos necesarios para el mejor desarrollo y fiel cumplimiento de este Convenio Básico de Cooperación Técnica Internacional y los actos complementarios que de él emanen;

3.1.3. Informar inmediatamente al otro miembro de un acto o hecho que interfiera en el desarrollo de las actividades derivadas de este Convenio Básico de Cooperación Técnica Internacional, para la adopción de las medidas correspondientes;

3.1.4. Supervisar las acciones relacionadas con el objeto de este acuerdo a través del (los) representante (s) indicado (s) por cada miembro;

3.1.5. Promover la difusión en sus medios de comunicación y, en su caso, en la prensa en general de las acciones relacionadas con la cooperación técnica establecida entre las Partes.

IV - CLÁUSULA CUARTA - PLAZO

4.1. El presente Convenio Básico de Cooperación Técnica Internacional entrará en vigor a partir de la fecha de su firma y tendrá una vigencia de 24 (veinticuatro) meses, pudiendo ser prorrogado por consenso de las partes, mediante término aditivo.

4.2. El procedimiento de prórroga se iniciará con la manifestación expresa de cualquiera de las Partes, demostrando interés en prorrogar el presente contrato, en un plazo mínimo de 30 (treinta) días antes de la finalización de la vigencia del presente instrumento.



V - CLÁUSULA QUINTA - PUBLICACIÓN

5.1. El GDF dispondrá la publicación de un extracto de este Convenio Básico de Cooperación Técnica Internacional hasta el quinto día hábil del mes siguiente a su firma.

VI - CLÁUSULA SEXTA - OBLIGACIONES FINANCIERAS

6.1. El presente Convenio Básico de Cooperación Técnica Internacional no implica transferencias de recursos ni genera obligaciones vinculantes para las partes y no genera derechos de indemnización entre los cooperantes.

6.2. En el caso de participación de servidor(es) GDF como instructor(es) de cursos/capacitaciones, eventuales retiros estarán sujetos a la aprobación de la autoridad competente, conforme establecido en la Ley Complementaria nº 840, de 23 de diciembre de 2011.

6.3. Los gastos relacionados con la consecución del objeto de este Convenio, tales como servicios de terceros, personal, viajes, comunicación, entre otros, serán sufragados por las asignaciones presupuestarias específicas de cada uno de los participantes.

VII - CLÁUSULA SÉPTIMA - MODIFICACIONES Y TERMINACIÓN

7.1. El presente Convenio Básico de Cooperación Técnica Internacional podrá ser modificado en cualquier momento, mediante adenda, debidamente firmada por las Partes.

7.2. La terminación inmotivada de este Acuerdo deberá formalizarse mediante oficio de cualquiera de las Partes.

7.3. La terminación, resultante del incumplimiento de cualquiera de las cláusulas de este Acuerdo de Cooperación Técnica Internacional, da lugar a su terminación inmediata.

7.4. Independientemente de la forma de terminación (razonable o inmotivada) del Convenio Básico de Cooperación Técnica Internacional, éste mantendrá sus efectos por el plazo de 30 (treinta) días, con el fin de mitigar las pérdidas, manteniéndose la tramitación regular de los las obras en curso, y las actividades ya iniciadas, desarrolladas hasta el final, en los términos del presente Acuerdo.

7.5. Si hubiera algún problema relacionado con la ejecución de este Acuerdo, la Embajada de la República Dominicana en Brasil y el Gobierno



del Distrito Federal se informarán de inmediato y buscarán una solución en conjunto.

VIII - CLÁUSULA OCTAVA - CONFIDENCIALIDAD DE LA INFORMACIÓN

8.1. Las Partes se comprometen a respetar las normas legales de confidencialidad para acceder a los datos e información compartida en los términos de este Acuerdo, quedando expresamente prohibida la reproducción, cesión, donación, transferencia y explotación de la información sin el conocimiento y autorización de las Partes para fines distintos al objeto estricto pactado en este instrumento, bajo pena de resolución.

IX - CLÁUSULA NOVENA - POLÍTICA ANTICORRUPCIÓN

9.1. Las Partes declaran tener pleno conocimiento de la legislación nacional anticorrupción, en particular, la Ley Distrital N° 6.308/2019 y la Ley Federal N° 12.846/2013, que prevén estrictas normas administrativas y responsabilidad civil de las personas jurídicas por la práctica de un acto contra la administración pública nacional o extranjera, procurando abstenerse de realizar cualquier actividad que constituya una transgresión a las disposiciones consagradas en la referida legislación anticorrupción.

X - CLÁUSULA DÉCIMA - CASOS OMISOS

10.1. Las omisiones serán resueltas de mutuo acuerdo entre las Partes.

10.2. En caso de divergencia o conflicto derivado de la ejecución de este Acuerdo, las Partes harán sus mejores esfuerzos para resolver el asunto a través de una negociación amistosa, basada en los principios de sinceridad y confianza mutua.

Y estando así justos y convenidos, después de leer y expresar el acuerdo, las Partes firman el presente instrumento en 4 (cuatro) ejemplares de igual contenido y forma, con todos los ejemplares debidamente rubricados, en presencia de los testigos que se indican a continuación, a fin de que produzca sus efectos jurídicos.

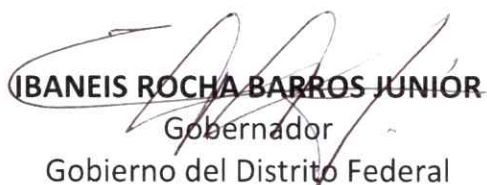
Brasilia, 25 de julio de 2022.



ACUERDO BÁSICO DE COOPERACIÓN TÉCNICA INTERNACIONAL
ENTRE EL GOBIERNO DEL DISTRITO FEDERAL Y
LA EMBAJADA DE LA REPÚBLICA DOMINICANA EN BRASIL



Por el Gobierno del Distrito Federal:


IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
Gobernador
Gobierno del Distrito Federal

Por la Embajada de la República Dominicana en Brasil:


PATRICIA VILLEGAS DE JORGE
Embajadora Extraordinaria y Plenipotenciaria
Embajada de la República Dominicana en Brasil



ACUERDO BÁSICO DE COOPERACIÓN TÉCNICA INTERNACIONAL
ENTRE EL GOBIERNO DEL DISTRITO FEDERAL Y
LA EMBAJADA DE LA REPÚBLICA DOMINICANA EN BRASIL

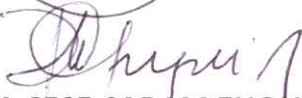


TESTIGOS:



JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA

Secretario de Estado de Seguridad Pública
Gobierno del Distrito Federal



RENATA CESE CARAM ZUQUIM

Jefa de la Oficina de Asuntos Internacionales
Gobierno del Distrito Federal



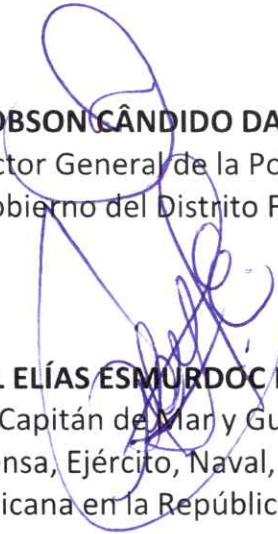
FÁBIO AUGUSTO VIEIRA - CEL QOPM

Comandante General de la Policía Militar
Gobierno del Distrito Federal



ALAN ALEXANDRE ARAÚJO - CEL QOPM/Comb

Comandante General del Cuerpo de Bomberos Militares
Gobierno del Distrito Federal



ROBSON CÂNDIDO DA SILVA

Director General de la Policía Civil
Gobierno del Distrito Federal

ABEL ELÍAS ESMURDOC ROMERO

Capitán de Mar y Guerra
Agregado de Defensa, Ejército, Naval, Fuerza Aérea y Policía
República Dominicana en la República Federativa de Brasil